



PUBLICAÇÕES PARTICULARES

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goiânia – APAE

BALANÇO PATRIMONIAL DO PERÍODO ENCERRADO
EM 31/12/2016 E 31/12/2015 EM (R\$)

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT / DÉFICIT DO PERÍODO
ENCERRADO EM 31/12/2016 E 31/12/2015

ATIVO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	7.621.863,69	6.927.977,61
Disponível	2.952.493,04	2.486.691,94
Caixa - Assistência Social.....	5.159,22	4.932,05
Bancos c/Movimento - Assist. Social..	378.741,91	112.969,40
Bancos c/Movimento - Educação.....	-	-
Bancos CH a Compensar	(90.038,48)	(41.582,44)
Aplicações Financeiras - Assit. Social.	2.658.630,39	2.410.372,93
Créditos/Estoques	4.669.370,65	4.441.285,67
Adiant./Desp. Antecipadas - A. Social..	126.432,64	118.481,38
Créditos Serv. a receber - Assist.Social	4.021.865,70	3.808.064,09
Convênios/Contrib. a Rec. - A. Social..	410.798,42	419.283,29
Estoque/Almoxarifado - Assist. Social..	110.273,89	95.456,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.115.207,37	4.971.788,05
Imobilizado	5.115.207,37	4.971.788,05
Bens do Ativo Fixo - Assist. Social.....	6.523.223,79	6.248.511,62
Bens do Ativo Fixo - Saúde.....	128.185,00	128.185,00
Bens do Ativo Fixo - Educação.....	40.863,60	40.863,60
(-) Deprec. Acumuladas - Assist. Social.	(1.458.068,76)	(1.343.680,77)
(-) Deprec. Acumuladas - Saúde.....	(91.797,71)	(78.979,21)
(-) Deprec. Acumuladas - Educação....	(27.198,55)	(23.112,19)
TOTAL DO ATIVO	12.737.071,06	11.899.765,66

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO CIRCULANTE	3.011.102,51	3.031.150,48
Fornecedores - Assist. Social.....	532.435,45	614.037,42
Obrig. Sociais/Fiscais-Assist. Social	152.845,75	144.182,38
Prov./Contas a Pagar-Assist. Social	151.285,14	128.145,64
Adiantamento/Clientes	0,00	0,00
Receitas a Faturar FMS	2.174.536,17	2.144.785,04
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.725.968,55	8.868.615,18
Patrimônio Social	8.868.615,18	7.963.013,10
Ajuste Exercício Anterior.....	-	452.083,33
Resultado Exercício.....	857.353,37	453.518,75
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.737.071,06	11.899.765,66

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO PERÍODO ENCERRADO EM 31/12/2016 E 31/12/2015 EM (R\$)

	Patrimônio Social	SUPERAVIT	AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	Superavit/ Déficit Acum.	TOTAL
SALDO EM 31/12/2011	714.200,93	2.003.471,72	-	4.179.996,19	6.897.668,84
Transferência P/ PAT. SOCIAL	6.183.467,91	(2.003.471,72)	-	(4.179.996,19)	-
Resultado do Exercício	-	352.151,58	-	-	352.151,58
SALDO EM 31/12/2012	6.897.688,84	352.151,58	-	-	7.249.820,42
Transferência P/ PAT. SOCIAL	352.151,58	(352.151,58)	-	-	-
Resultado do Exercício	-	188.513,33	-	-	188.513,33
SALDO EM 31/12/2013	7.249.820,42	188.513,33	-	-	7.438.333,75
Transferência P/ PAT. SOCIAL	188.513,33	(188.513,33)	-	-	-
Resultado do Exercício	-	524.679,35	-	-	524.679,35
SALDO EM 31/12/2014	7.438.333,75	524.679,35	-	-	7.963.013,10
Transferência P/ PAT. SOCIAL	524.679,35	(524.679,35)	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	452.083,33	-	452.083,33
SALDO EM 31/12/2015	7.963.013,10	453.518,75	452.083,33	-	8.868.615,18
Transferência P/ PAT. SOCIAL	905.602,08	(453.518,75)	(452.083,33)	-	-
Resultado do Exercício	-	857.353,37	-	-	857.353,37
SALDO EM 31/12/2016	8.868.615,18	857.353,37	-	-	9.725.968,55

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO DO PERÍODO ENCERRADO EM 31/12/2016 E 31/12/2015 EM (R\$)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2016	2015
Lucro líquido	857.353,37	453.518,75
Depreciação e amortização (+)	131.292,85	128.093,81
Ajustes Exerc. Anteriores (-)	-	(452.083,33)
Aumento/diminuição em fornecedores (+/-)	(81.601,97)	62.181,12
Aumento/diminuição em contas a pagar (+/-)	61.554,00	1.701.135,56
Aumento/diminuição contas a receber (+/-)	(205.316,74)	(1.703.970,98)
Aumento/diminuição despesas antecipadas (+/-)	(7.951,26)	8.738,09
Aumento/diminuição em estoques (+/-)	(14.816,98)	6.018,56
Caixa liq prov das atividades operacionais	740.513,27	1.107.798,24
Aquisição de imobilizado (-)	274.712,17	330.733,55
Aquisição de outras empresas (-)	-	-
Caixa liq usado nas atividades de investimento	(274.712,17)	(330.733,55)
Caixa liq usado nas atividades de financiamento	465.801,10	777.064,69
Aumento/diminuição liq. caixa e equival. de caixa	2.486.691,94	1.709.627,25
Caixa e equivalentes de caixa - Início do ano	2.952.493,04	2.486.691,94
Caixa líquido gerado no exercício	465.801,10	777.064,69

	2016	2015
RECEITAS	15.153.381,14	13.973.658,28
Receitas - Assistência Social	11.389.281,26	11.104.866,25
Serviços Prestados	7.480.350,64	6.658.282,70
Contribuições/Doações	2.874.898,31	2.883.131,47
Convênio F.M.A.S.	350.280,00	700.560,00
Convênio F.N.S.	-	185.950,00
Convênio F.M.D.C.A.	-	134.577,88
Eventos, Bazar, Floricultura/Outros	353.025,79	271.135,35
Receitas Financeiras	222.827,32	174.302,45
Convênio Sec Est Cidadania Trab GO	107.899,20	96.926,40
Receitas - Saúde	3.745.915,82	2.840.844,71
Serviços Prestados	3.745.915,82	2.840.844,71
Receitas - Educação	18.184,06	27.947,32
Secret. Educ. Estad. - FNDE/PPDE	7.400,00	-
Convênio FNDE / PRO ESCOLA	-	-
Contribuições/Doações	10.784,06	27.947,32
CUSTOS E DESPESAS	14.296.027,77	13.520.139,53
Custos e Despesas - Assistência Social	10.744.912,24	10.743.699,91
Custos Operacionais Prest. Serviço	862.414,46	1.090.879,45
Gastos C/Pessoal	6.236.909,04	6.209.096,95
Despesas Administrativas	898.616,62	836.755,75
Serviços Terceiros Operacionais	2.457.025,19	2.369.625,13
Reformas e Manutenção Instalações	95.771,12	85.031,31
Custo Serviço Social	33.991,98	21.050,74
Gastos Manut. Consumo e Convênio	126.812,15	101.235,05
Tributárias	10.549,69	12.374,06
Despesas Financeiras	22.821,99	17.651,47
Custos e Despesas - Saúde	3.533.997,37	2.748.738,92
Custos Operacionais Prest. Serviço	3.533.997,37	2.748.738,92
Custos e Despesas - Educação	17.118,16	27.700,70
Custos Operacionais Educação	17.118,16	27.700,70
RESULTADO DO EXERCÍCIO	857.353,37	453.518,75

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GOIANIA - NOTA EXPLICATIVA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2016 E 31/12/2015 EM (R\$) Nota No. 1 – A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goiânia, sediada em Goiânia – Goiás, pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, a qual tem como objetivo promover e articular serviços e programas de prevenção, assistência social, saúde, educação, esporte, lazer e profissionalização, visando à inclusão social da pessoa com deficiência. Para atender suas finalidades estatutárias mantém 04 Complexos Assistenciais, todos em Goiânia, sendo: Complexo I - Setor Coimbra: compreende: Centro de Assistência Social - Núcleo do Serviço Social, CEATE I - Centro de Atendimento Especializados I, CEESHA - Centro de Educação Especial Helena Antipoff, Administração e Telemarketing. Complexo II - Jardim Goiás: compreende: Centro de Assistência Social - Núcleo do Serviço Social, CAFFA - Centro de Assistência Social e Formação da Família Apaeana, CEATE II - Centro de Atendimento Especializados II, CCEL - Centro de Cultura Esporte e Lazer Christian & Ralf e CEPAT - Centro Educacional Prof. Anísio Teixeira. Complexo III - Chácara do Governador: compreende as atividades de: Centro de Assistência Social - Núcleo do Serviço Social e CEPROLIM - Centro de Profissionalização Especial Dr. Lincoln Marques da Rocha. Complexo IV – Jardim Goiás destinado ao IDP – Instituto de Diagnósticos e Prevenção, credenciado ao SUS, o qual realiza atendimentos do Programa de Proteção a Gestante - "Teste da Mamãe" – visando prevenir a transmissão vertical de doenças (mãe – feto – bebê) que em grande parte gera a Deficiência Intelectual, associada ou não a outras deficiências, bem como proteger a família e a maternidade. **Nota No. 2** – As Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício de 2016 foram registradas em moeda corrente nacional, em unidade de reais,

e foram elaboradas consoantes às práticas contábeis emanadas da lei 6.404/76 (reformulada pela Lei 11.638/07), e alterações posteriores, bem como em conformidade com as normas contábeis vigentes, em especial a resolução CFC n. 877/2000, que aprovou a NBC T-10-19, norma específica para as instituições de caráter social, sem fins lucrativos, sendo que à adoção integral NBC/TG nº 2002 aprovada pela resolução CFC nº 1409 a partir do exercício de 2013. **Nota No. 3** – Os custos, as despesas e as receitas da Instituição foram apropriados em obediência ao regime de competência do exercício, e os direitos e obrigações foram classificados em ordem decrescente de realização e exigibilidade respectivamente, sendo que aqueles vencíveis até o exercício seguinte foram classificados no Circulante, enquanto que os que irão vencer após o término do exercício seguinte foram classificados no Longo Prazo. **Nota No. 4** – Todos os direitos e obrigações da Entidade estão representados por seus valores reais, devidamente atualizados até a data de encerramento das demonstrações contábeis. **Nota No. 5** – As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, acréscimo dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, em obediência ao regime de competência dos exercícios e aplicados integralmente nas atividades fins; **Nota No. 6** – Disponibilidades - As Disponibilidades estão apresentadas da seguinte maneira:

Descrição	2016	2015
Disponível	2.952.493,04	2.486.691,94
Caixa - Assistência Social	5.159,22	4.932,05
Bancos c/Movimento - Assist.	378.741,91	112.969,40
Bancos c/Movimento - Educação	-	-
Bancos CH a Compensar	(90.038,48)	(41.582,44)
Aplicações Financeiras - Assit.	2.658.630,39	2.410.372,93

Descrição	2016	2015
Créditos/Estoques	4.669.370,65	4.441.285,67
Adiant./Desp. Antecipadas - A. Social	126.432,64	118.418,38
Créditos Serv. a receber - Assist.Social	4.021.865,70	3.808.064,09
Convênios/Contrib. a Rec. - A. Social	410.798,42	419.283,29
Convênios/Contrib. a Rec. - Educação	-	-
Estoque/Almoxarifado - Assist. Social	110.273,89	95.456,91

6.1 – A Entidade finalizou em 31/12/2016 com um montante em caixa de R\$ 5.159,22. **6.2** – Conforme extratos bancários o montante disponível em contas correntes em 31/12/2016 é de R\$ 378.741,91 e um montante em aplicações financeiras (poupança) é de R\$ 2.658.630,39. **6.3** – O montante de R\$ 90.038,48 refere-se a cheques emitidos na competência 12/2016 para pagamento de fornecedores diversos em 2017. **Nota No. 7** – A Instituição não possui saldo de fundos de aplicação restrita. **Nota No. 8** – A Instituição não possui saldo de recursos sujeitos a restrição ou vinculações por parte do doador. **Nota No 9** – Créditos / Estoque. A Composição de Estoques e créditos da Instituição em 31/12/2016 estão apresentados da seguinte forma na tabela ao lado: **9.1** – O montante de R\$ 126.432,64 está composto por R\$ 115.007,65 referente a adiantamentos a funcionários e a fornecedores, R\$ 630,00 referente cheques devolvidos e R\$ 10.794,99 referente a antecipação de seguros, na data de 31/12/2016. **9.2** – O valor de R\$ 4.021.865,70 classificados como créditos de serviços a receber, compreende a Notas Fiscais emitidas para competência de 12/2016 no valor de R\$ 1.847.329,53 e receitas a faturar referente a serviços prestados em discussão no valor de R\$ 2.174.536,17 conforme convenio pactuado com Fundo Municipal de Saúde. **9.3** – Da Rubrica contábil Convênios / Contribuições a Receber, composto pelo montante R\$ 32.240,48, é condizente a doações voluntárias emitidas por GUR (Guia Única de Recolhimento) da Apae de Goiânia e o montante R\$ 365.057,94 referente convênio FMAS que ainda não foram compensadas mediante depósito bancário, bem como valores a receber de contratos e parcerias no montante de R\$ 13.500,00. **9.4** – Na data de 31/12/2016 o estoque é composto pelo valor de R\$ 110.273,89. **Nota No. 10** – **Estoque** – No exercício de 2013 ocorreu a unificação dos almoxarifados dos complexos, centralizando no Complexo I. **Nota No. 11** – A Instituição não apresentou constituição para devedores duvidosos tendo em vista a natureza dos créditos existentes na contabilidade não requererem tal registro. **Nota No. 12** – Foi utilizado o Método de Controle de Estoque periódico através do critério CUSTO MÉDIO. **Nota No. 13** – O ATIVO IMOBILIZADO e as contas do PATRIMÔNIO LÍQUIDO foram corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, de acordo com a evolução das cotações da UFIR, até o patamar de R\$ 0,8287. Sendo que a partir daquela data os efeitos inflacionários deixaram de ser reconhecidos nas Demonstrações Contábeis em função do disposto na Lei 9.249/95, que extinguiu a correção monetária do Balanço. **Nota No. 14** – Os Ativos Imobilizados estão apresentados pelo custo de aquisição, e corrigidos até 31/12/1995 e apresentou variação positiva líquida no exercício de 2016 no valor de R\$ 143.419,32, composto pelas aquisições no valor de R\$ 279.887,27 e depreciações no valor de R\$ 136.133,99 e baixa no valor líquido de R\$ 333,96, assim especificados:

MOVIMENTAÇÃO PATRIMONIAL

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO 31/12/2014	AQUISIÇÃO 2015	BAIXA 2015	SALDO 2015
123010100	ELEVADORES	49.880,00	-	-	49.880,00
123010100	EQUIPAMENTOS AR CONDICIONADO	201.576,57	36.000,00	-	237.576,57
123010100	EQUIPAMENTOS AUDIO VISUAL	34.828,51	2.214,80	-	37.043,31
123010100	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	579.463,11	125.984,35	4.118,30	701.329,16
123010100	IMOVEIS	85.400,00	-	-	85.400,00
123010100	LICENÇA DE USO	47.110,65	-	-	47.110,65
123010100	MAQUINAS E APARELHOS	350.003,27	49.584,01	-	399.587,28
123010100	MOVEIS E UTENSILIOS	532.708,03	66.104,11	1.056,80	597.755,34
123010100	VEICULOS	246.701,42	-	-	246.701,42
123010100	CONSTRUÇÕES/ REFORMA/ME	3.328.612,77	-	-	3328.612,77
123010100	SISTEMA DE CFVT/SEGURANÇA	26.800,20	-	-	26.800,20
123010100	REFORMA/AMPLIAÇÃO Complexo I	239.093,13	-	-	239.093,13
123010100	REFORMA/AMPLIAÇÃO Complexo III	470.947,76	-	-	470.947,76
123010100	REFORMA IDP	23.708,48	-	-	23.708,48
123010100	REFORMA COMPLEXO II	200.726,32	-	-	200.726,32
	SOMA	6.417.560,22	279.887,27	5.175,10	6.692.272,39

DEPRECIACÃO

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO 31/12/2015	DEP. 2016	BAIXA 2016	SALDO 31/12/2016
12301020001	ELEVADORES	46.760,00	3.120,00	-	49.880,00
12301020002	EQUIPAMENTOS AR CONDICIONADO	137.699,07	11.993,25	-	149.692,32
12301020003	EQUIPAMENTOS AUDIO VISUAL	6.690,60	2.186,91	-	8.877,51
12301020004	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	441.000,97	37.511,74	4.103,46	474.409,25
12301020006	IMOVEIS	29.871,57	3.416,04	-	33.287,61
12301020007	LICENÇA DE USO	47.110,65	-	-	47.110,65
12301020008	MAQUINAS E APARELHOS	209.418,84	26.271,44	-	235.690,28
12301020009	MOVEIS E UTENSILIOS	320.282,12	39.563,01	737,68	359.107,45
12301020010	VEICULOS	198.313,40	11.000,00	-	209.313,40
12301020010	SISTEMA DE CFVT/SEGURANÇA	8.624,95	1.071,60	-	9.696,55
	SOMA	1.445.772,17	136.133,99	-	1.577.065,02

Descrição	2016	2015
PASSIVO CIRCULANTE	3.011.102,51	3.031.150,48
Fornecedores - Assist. Social	532.435,45	614.037,42
Obrig. Sociais/Fiscais - Assist. Social	152.845,75	144.182,38
Prov./Contas a Pagar - Assist. Social	151.285,14	128.145,64
Adiantamento/Clientes	0,00	0,00
Receitas a Faturar FMS	2.174.536,17	2.144.785,04

ITENS	31/12/2016	31/12/2015
DESCRIÇÃO DO IMOBILIZADO POR ATIVIDADE	5.115.207,37	4.971.788,05
Bens do Ativo Fixo - Assist. Social	6.523.223,79	6.248.511,62
Bens do Ativo Fixo - Saúde	128.185,00	128.185,00
Bens do Ativo Fixo - Educação	40.863,60	40.863,60
(-) Deprec. Acumuladas - Assist. Social	(1.458.068,76)	(1.343.680,77)
(-) Deprec. Acumuladas - Saúde	(91.797,71)	(78.979,21)
(-) Deprec. Acumuladas - Educação	(27.198,55)	(23.112,19)

Nota No. 15 – Adoção do Custo Atribuído – Em 2016 foi dado andamento nos testes de recuperabilidade dos ativos da instituição, não foi possível realizar avaliações dos imóveis devido a burocracia para averbação das escrituras na prefeitura o que impossibilitou a conclusão do processo de adoção do custo atribuído em 2016, prorrogando para 2017 a conclusão do processo com o teste de *impairment*, nos termos da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.292/10, com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. **Nota No. 16** – Os passivos onerosos estão devidamente atualizados, pelo critério pró-rata, até a data de encerramento das demonstrações Financeiras e contabilizados conforme quadro a seguir: **Nota No. 17** – Na apuração das receitas da entidade foi adotado o critério de apuração pelo regime de competência. **Nota No. 18** – **Receitas**. No exercício de 2016 a entidade obteve o montante de R\$ 15.153.381,14 de receitas operações continuadas, oriundas das fontes Demonstradas no quadro "A",

utilizando o critério de rateio por área de atuação nas operações não definidas, sendo que para a saúde foi alocado o custo total da aquisição dos kits para o teste da mãe, para educação custos despesas pedagógica, papelaria e limpeza, e todos os demais custos e despesas foram alocados para assistência social, com base nessa distribuição, os custos aplicados apresentaram os valores demonstrados ao lado:

Nota No. 19 – **Despesas**. Realizadas e comprovadas conforme documentação hábil, tendo todo o valor gasto de R\$ 14.296.027,77 proveniente custos e despesas operações continuadas demonstradas no quadro "B".

As depreciações foram registradas pelo método linear, utilizando-se dos percentuais aceitos fiscalmente. Cabe ressaltar que no ano de 2015 foi iniciado o processo de avaliação do imobilizado da APAE, fase de avaliação de precificação. O quadro da movimentação do imobilizado foi apresentado pelos valores totais e estão distribuídos em cada atividade, conforme levantamento físico, da seguinte forma:



Nota No. 20 - Os Recursos de subvenções recebidas tiveram a seguinte destinação: • Secretaria Estadual Cidadania Trabalho Goiás → R\$ 107.899,20 oriundo do convenio renda cidadã com finalidade alimentação de qualidade aos beneficiários. **Nota No. 21** - As Doações e Contribuições recebidas foram realizadas por Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas perfazendo o valor total de R\$ 2.885.682,37 das quais foi alocado o valor de R\$ 10.784,06 em Educação a fim de suprir gastos com a escola. **Nota No. 22** - Todos os recursos da entidade foram aplicados na manutenção de suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social. **Nota No. 23** - O valor de Isenção usufruída relativa à cota Patronal INSS + SAT + Terceiros perfizeram no ano de 2016 o valor de R\$ 1.464.987,91 e assim demonstrado:

Utilizando-se dos percentuais acima mencionados, foi aplicado sobre as receitas totais do ano de 2016, produzindo-se as seguintes receitas (Quadro A) para cada área de atividade:

ÁREAS	VALORES	%
Custos e Despesas - Assistência Social	10.744.912,24	75,16
Custos e Despesas - Saúde	3.533.997,37	24,72
Custos e Despesas - Educação	17.118,16	0,12
TOTAL CUSTOS E DESPESAS	14.296.027,77	100,00

QUADRO "A" <---> 2016	
RECEITAS	15.153.381,14
Receitas - Assistência Social	11.389.281,26
Receitas - Saúde	3.745.915,82
Receitas - Educação	18.184,06

QUADRO "B" <---> 2016	
CUSTOS E DESPESAS	14.296.027,77
Custos e Despesas - Assistência Social	10.744.912,24
Custos e Despesas - Saúde	3.533.997,37
Custos e Despesas - Educação	17.118,16

QUADRO "C" <---> 2016	
APURAÇÃO DO RESULTADO	VALORES R\$
Receita Total	15.153.381,14
Custo/Despesa Total	14.296.027,77
Resultado do Exercício	857.353,37

Relatório de Base de Cálculo de INSS Folha-APAE-2016			
Comp.	BC Inss	%	VR. Isenção
JANEIRO	458.929,11	26,5	121.616,21
FEVEREIRO	382.341,93	26,5	101.320,61
MARÇO	402.384,27	26,5	106.631,83
ABRIL	405.838,42	26,5	107.547,18
MAIO	406.705,58	26,5	107.776,98
JUNHO	475.362,29	26,5	125.971,01
JULHO	416.592,92	26,5	110.397,12
AGOSTO	420.460,31	26,5	111.421,98
SETEMBRO	423.126,50	26,5	112.128,52
OUTUBRO	395.910,88	26,5	104.916,38
NOVEMBRO	412.238,44	26,5	109.243,19
DEZEMBRO	469.538,08	26,5	124.427,59
13. Salário	386.184,37	26,5	102.338,86
TOTAIS	5.455.613,10		1.445.737,47

Relatório de Base de Cálculo de INSS RPA-APAE-2016			
Comp.	BC Inss	% INSS	VR. Isenção
JANEIRO	9.167,70	20	1.833,54
FEVEREIRO	4.683,60	20	936,72
MARÇO	6.016,94	20	1.203,39
ABRIL	9.465,05	20	1.893,01
MAIO	8.210,45	20	1.642,09
JUNHO	9.552,69	20	1.910,54
JULHO	8.210,45	20	1.642,09
AGOSTO	3.429,00	20	685,80
SETEMBRO	8.576,17	20	1.715,23
OUTUBRO	7.760,45	20	1.552,09
NOVEMBRO	11.682,38	20	2.336,48
DEZEMBRO	9.497,30	20	1.899,46
TOTAIS	96.252,18		19.250,44

Nota No. 24 - Em agosto/2015 a APAE de Goiânia obteve por Decisão Judicial (Liminar) suspensão do pagamento de PIS s/ Folha a partir da competência 08/2015, contudo mantivemos o registro contábil da provisão do mesmo, para o ano de 2016 foram feitas as seguintes previsões conforme demonstrado no quadro ao lado: **Nota No. 25** - As gratuidades estão demonstradas nas contas de compensação ativas e passivas, devidamente respaldadas com documentação hábil e respectivas planilhas. Observado que todos os recursos utilizados nas despesas realizadas tiveram 100% de seu valor revertido nas gratuidades no âmbito das áreas de atuação da APAE.

Relatório de Base de Cálculo de PIS - APAE - 2016			
Comp.	BC PIS	%	VR. Isenção
JANEIRO	463.056,67	1	4.630,57
FEVEREIRO	391.307,72	1	3.913,08
MARÇO	405.339,01	1	4.053,39
ABRIL	408.765,90	1	4.087,66
MAIO	409.643,77	1	4.096,44
JUNHO	476.976,27	1	4.769,76
JULHO	416.909,18	1	4.169,09
AGOSTO	420.891,99	1	4.208,92
SETEMBRO	424.584,65	1	4.245,85
OUTUBRO	399.479,22	1	3.994,79
NOVEMBRO	416.468,36	1	4.164,68
DEZEMBRO	474.509,44	1	4.745,09
13. Salário	387.733,65	1	3.877,34
TOTAIS	5.495.665,83		54.956,66

EMPRESA	SAT	TERCEIROS	TOTAL	B. de Calculo	Vr. INSS
20	2	4,5	26,5	5.455.613,10	1.445.737,47

EMPRESA	SAT	TERCEIROS	TOTAL	B. de Calculo	Vr. INSS
20	-	-	20	96.252,18	19.250,44

Nota No. 26 - Despesas - Realizadas e comprovadas conforme documentação hábil, tendo todo o valor gasto de R\$ 14.296.027,77 proveniente de custos e despesas das operações continuadas demonstradas no quadro "B" da Nota N. 19.

ÁREA	Valor Gratuidade Realizado	Valor Convênios e Subvenções	Despesas Totais realizadas	Qtde
> Assistência Social	10.286.733,04	458.179,20	10.744.912,24	3.246
> Educação	9.718,16	7.400,00	17.118,16	541

Nota No. 27 - Os valores das gratuidades concedidas em atendimento ao disposto no inciso VI, do artigo 3º, do decreto n. 2.536/98 estão assim demonstrados:

Nota No. 28 - Os serviços prestados pela entidade foram desenvolvidos por meio do Programa de Proteção à Gestante, realizado no ano de 2016 com contrato de serviços realizado com SUS, no qual corresponderam a 1.073.545 procedimentos prestados, com valor da Receita de Serviços totalizando R\$ 11.226.266,46, sendo R\$ 7.480.350,64 proveniente da área da Assistência Social e R\$ 3.745.915,82 área da Saúde, conforme critério de rateio especificado nas Notas No 18 e 19. **Nota No. 29** - **Patrimônio Social:** Findo o exercício de 2016, o Patrimônio Social apresentou aumento líquido no valor de R\$ 857.353,37 relativo ao superávit do mesmo valor, consolidando o saldo em 31.12.2016 de R\$ 9.725.968,55. Foi realizada ainda a incorporação de resultados anteriores ao Patrimônio Social através de uma transferência ad referendum em 01.01.2016. **Nota No. 30** - Ocorreram em 2016 lançamentos nas contas de compensações, proveniente do valor Isenção da Contribuição patronal INSS - 2016 no valor de R\$ 1.464.987,91 e provenientes a salários e encargos dos professores disponibilizados para entidade sem custo pelo Governo do Estado de Goiás e Prefeitura Municipal de Goiânia no valor de R\$ 4.269.591,47, consolidando nas contas de compensações valor total de R\$ 5.734.579,38. **Nota No. 31** - **Provisões Ativas e Passivas:** Este assunto é tratado no Pronunciamento Técnico do CPC nº. 25 e foi normalizado pela Resolução do CFC nº. 1.180 de 04 de agosto de 2009 (NBC T 19.7), para aplicação a partir de 01 de janeiro de 2010 (art. 2º). Seção 21 da NBC T 19.41. O objetivo desta norma é estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriada a provisões passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor. A APAE possui uma ação judicial em curso perante 3ª Vara Cível da Comarca de Anápolis, pedido de indenização em desfavor da APAE de Goiânia consistente em supostos danos materiais e morais, **autos de processo nº. 201104445128 (444512-76.2011.8.09.0006)**. Conforme entendimento da Procuradoria Jurídica da Instituição os pedidos formulados em face da APAE de Goiânia são improcedentes, consoante os termos da contestação apresentada em Juízo. **Nota No. 32** - **Partes Relacionadas:** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 divulgado sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº. 560/2008 e pela Resolução CFC nº. 1.145/2005 determina que os relacionamentos entre controladora e controladas ou coligadas devem ser divulgados independentemente de ter havido transações entre essas partes relacionadas. Informamos que na Associação não houve relação com partes relacionadas. Era o que tínhamos a informar e esclarecer em adendo as demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31/12/2016. Goiânia - GO, 31 de Dezembro de 2016. Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Goiânia. **Albanir Pereira Santana** Presidente CPF: 057.289.912-20 - **Tatiane Barbosa de Santana** Contador CRC/GO - 019009. **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** Aos Administradores da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goiânia Examinamos as demonstrações financeiras da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goiânia, levando em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas Demonstração do Superávit/Déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, para o exercício findo acima mencionado. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goiânia e foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades do Terceiro Setor, notadamente as normas emitidas pelo: Conselho Federal de Contabilidade Resolução número 2015/ITG 2002(R1) de 02/09/2015 que trata das Entidades sem Finalidade de Lucros; pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC números: CPC 27 (Ativo Imobilizado), CPC 01 que trata da Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC-PME e ICPC 10 que trata do *Deemed Cost* (Custo Atribuído) e o Ajuste de Avaliação Patrimonial, além dos normativos emitidos pelo Ministério Público do Estado de Goiás, em especial ao Ato PGJ/CGMP Nº 001/95 e alterações posteriores, Lei 6.404/76 alterada pelas Leis 11638/2007 e 11941/2009 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis, em conformidade ainda com o disposto nas Resoluções CFC NBCTA 700, NBCTA 701, NBCTA 705 e NBCTA 706, todas de 17/06/2016 que normalizam os aspectos inerentes aos Relatórios dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis. **Base para opinião-Nossa auditoria** foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase** -No exercício findo em 31.12.2016, a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goiânia,



fez menção em suas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, no item 15, que trata da "REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS", que ainda não foi possível concluir os levantamentos e avaliações para mensuração do Custo Atribuído de seus bens, trabalhos estes iniciados em 2015, que oferecerá condições de analisar o Custo Atribuído, estando previsto a finalização para o ano de 2017. Tal procedimento é requerido no Pronunciamento CPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, NBC TG 01, (IAS 36 do IASB), aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1292/10, que trata das normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Nossa opinião não está ressaltada em função deste assunto. **Principais Assuntos de Auditoria-PA** - Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações Contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações Contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31/12/2015, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, tendo sido emitido Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, sem ressalvas, datado de 19/04/2016. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a Lei 6.404/1976, atualizada pelas Leis 11.638 e 11.941, bem como pelas normas aplicáveis às entidades do terceiro setor, mencionadas no parágrafo de opinião e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Sempre que requerido, comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, via relatório circunstanciado das ocorrências nos trabalhos do período, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. **Aparecida de Goiânia - GO, 28 de março de 2017. DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRCGO: 000757/O-6 Valdir Mendonça Alves Sócio, CRC-GO-005944/O-4**

Protocolo 12265

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PROTESTO: Encontram-se no 2º Tabelionato de Notas e Protestos para serem protestados os seguintes títulos:

CDA Nº TITULO 11412004568 VL R\$ 4.100,00 C/CHAGAS & BUENO LTDA - ME, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412004579 VL R\$ 3.586,75 C/ANDRE MAFRA DE OLIVEIRA, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412004638 VL R\$ 3.636,44 C/PACK-PLAST EMBALAGENS LTDA - ME, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412004646 VL R\$ 1.534,03 C/ALACIO ROSA DOS SANTOS, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412004646 VL R\$ 1.534,03 C/ALACIO ROSA DOS SANTOS - ME, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412004760 VL R\$ 8.152,08 C/A ELETROSTATICA PINTURAS LTDA - ME, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412004770 VL R\$ 4.080,28 C/ON LINE SERVICOS DEZENTUPIDORA LTDA - ME, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412004790 VL R\$ 3.388,47 C/VERDE & AMARELO CONFECOES LTDA - ME, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412004799 VL R\$ 2.034,84 C/MUNDO NOVO INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412004827 VL R\$ 3.017,87 C/DROGA LIDER MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA -, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412004835 VL R\$ 2.343,70 C/FORTE FRIOS DISTRIBUIDORA DE FRIOS LTDA - ME, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412004842 VL R\$ 9.353,87 C/POLIMIDIA COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME, EM FV DE FAZENDA

NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412004858 VL R\$ 1.582,96 C/ODAIR JOSE PEREIRA, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412004858 VL R\$ 1.582,96 C/ODAIR JOSE PEREIRA - ME, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412004861 VL R\$ 3.000,78 C/KLEBER ERICK DOS REIS - ME, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412004903 VL R\$ 2.659,29 C/L&R COMERCIO DE CALCADOS ACESSORIOS E MATERIA, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412004931 VL R\$ 1.636,37 C/MIRIAN SILVA OLIVEIRA, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412004956 VL R\$ 2.464,17 C/LEXPRINT INDUSTRIA DE CARTUCHOS DE IMPRESSORA, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412004976 VL R\$ 7.662,02 C/EDMILSON JOSE FERREIRA, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412004995 VL R\$ 1.635,84 C/FERO INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412005040 VL R\$ 1.812,43 C/PARREIRA & CARVALHO COMERCIAL DE ALIMENTOS LT, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412005049 VL R\$ 1.620,69 C/ESCOLA OLIVEIRA E SILVA LTDA - ME, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412005079 VL R\$ 2.305,31 C/J. Q. DA SILVA & CIA LTDA - ME, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412005159 VL R\$ 4.369,66 C/AVANTEC RECONDICIONAMENTO DE PNEUS LTDA - ME, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412005168 VL R\$ 3.441,08 C/SUPERMERCADO SUPER BORGES LTDA - ME, EM FV DE FAZENDA NACIONAL - DIV ATIVA-SIMPLES NACIONAL; CDA Nº TITULO 11412005178 VL R\$ 2.126,06 C/A METROPOLIS PINTURA E CONSERVACAO LTDA -